

Logos, um percurso: Virtude e Vício no Discurso

Ana Lúcia Magalhães

“Caminhando não encontrarás os limites da alma, mesmo se percorreres todas as estradas, pois é muito profundo o logos que ela possui” (Heráclito de Éfeso, fragmento 45)

Introdução

Este capítulo pretende buscar uma compreensão do *logos* conforme Aristóteles, Perelman e Tyteca, Meyer e outros e verificar o uso da razão como elemento constituinte e fundamental do discurso retórico quando tematiza a justiça.

As perguntas que colocamos são: de que forma *logos* se manifesta no discurso? O orador sempre se pretende virtuoso mesmo que não o seja? Seu discurso pode se manifestar como vicioso ou virtuoso? A que estaria associada a justiça? Procuraremos mostrar a presença do *logos* em excertos de discursos do Movimento Batistas por Princípios e do Presidente Bolsonaro.

Iniciemos por uma questão ampla e necessária: Como o termo *logos* foi entendido no percurso do tempo?

O vocábulo possui lugar de destaque na Filosofia principalmente entre os pré-socráticos¹, profundos pensadores que se dedicaram à missão de descobrir a origem do vir-a-ser. Nesse contexto, Heráclito é, de acordo com estudiosos, o primeiro pensador

¹ Parmênides, Anaximandro, Anaxágoras, Empédocles, Heráclito.

que se debruçou sobre o *logos*: o sentido originário do *logos* revelaria a essência do dizer e do escutar, o sentido de tudo o que existe, a Razão, a relação da Verdade do Ser. Por isso, o poder do *logos* pode ser ligado à essência, ao sentido, à verdade. Heráclito é, então, base histórica para entendimento de uma parte da tríade aristotélica e já nos faz pensar sobre o que seja o *logos*.

Geralmente os sofistas² são associados a “rivais” dos filósofos, pois estariam preocupados apenas em persuadir, em convencer e vencer uma discussão, postura que podemos considerar histórica e falaciosa. Esses mestres da retórica e oratória não eram desonestos manipuladores da linguagem e de opiniões, mas, sim, estudiosos interessados em abastecer seus discípulos de técnicas capazes de defender seus interesses. Nesse sentido, preocupavam-se com a constituição do discurso e não com o valor virtuoso que podiam carregar. Contrapõe-se a essa imagem negativa aquela que valoriza a contribuição intelectual dos sofistas com o pensamento linguístico sujeito a tomadas de posição, que entende a existência como linguisticamente articulada e coloca a linguagem com função efetiva nas experiências do homem.

Górgias, por exemplo, em Elogio a Helena, apresenta quatro justificativas que a isentariam da culpa por ter saído de Troia e evidencia aquela segundo a qual Helena teria sido convencida pelo discurso, o “grande soberano” do qual não haveria como se defender do poder atribuído ao *logos*:

Mas se aquele que a persuadiu, que construiu uma ilusão em sua alma, foi o discurso, também não será difícil defendê-la contra esta acusação, e destruir a inculpação da seguinte forma: o discurso é um grande soberano que, por meio do menor e do mais inaparente dos corpos, realiza os atos mais divinos, pois ele tem o poder de dar fim ao medo, afastar a dor, produzir alegria, aumentar a piedade. [...] Aquele que persuade, na medida em que constringe, comete então uma injustiça, mas quanto à persuadida, na medida em que foi constringida pelo discurso, é sem razão que dela se ouvem imprecensões [...]³.

2 “Os sofistas representavam um grupo de filósofos eruditos que viviam ensinando em troca de elevadas taxas de dinheiro. Seus aprendizes eram jovens da alta classe. Os sofistas eram professores que ensinavam retórica, oratória, ciência, música, filosofia e técnicas de discurso. Além de Górgias merecem destaque na escala sofista os filósofos Protágoras e Hípias. De acordo com Platão, Sócrates e Aristóteles, os sofistas eram mercenários e falsos filósofos. Eles utilizavam da retórica e persuasão com o intuito de atrair os interessados no conhecimento”. Górgias de Leontini - Toda Matéria, In: www.todamateria.com.br – (acesso 16/09/2021)

3 GÓRGIAS, Elogio de Helena (2005, p. 296-297)

Percebe-se, no texto de Górgias, além de uma exposição lógica em que não há uma evidência, a afirmação de *logos* como discurso e foi esse último que teria convencido Helena. Além da colocação do *logos* como discurso, é preciso esforço e raciocínio consistente, razoável, possível e aqui o associamos à Lógica. Percebemos no fragmento a possibilidade de associação entre discurso, vícios e virtudes. Helena, então, não estaria afastada da virtude, pois acreditou, e aceitou como verdade, a argumentação apresentada. Por outro lado, o orador a constrangeu pelo discurso e, dessa forma, “construiu uma ilusão”, o que, nesse caso, configuraria vício. Outros pensadores, mencionados a seguir, contribuíram com a compreensão do *logos*.

1. O *logos*, vícios e virtudes

Para um entendimento mais apurado sobre o *logos* e uma associação a vícios e virtudes, é conveniente nos valermos de alguns pensadores, assim, escolhemos Sócrates, Platão, Aristóteles, Perelman e Tyteca e Meyer.

1.1. Sócrates, Platão e Aristóteles

Platão, em Górgias, evoca Sócrates para colocar indiretamente o *logos* como uma das formas de conduzir o pensamento retórico e, assim, invoca a Lógica como elemento fundante do *logos*. No diálogo Crátilo, utiliza Sócrates para especificar a diferença entre a coisa e o seu nome e abre espaço para a possibilidade do falso no discurso⁴. Apesar de a discussão refletir sobre falso e verdadeiro, a intenção não é mostrar o certo e o errado, mas justamente relacionar palavra e coisa. Problematiza, assim, a relação entre esses dois termos ao afirmar que a filosofia grega se inicia com o conhecimento de que a palavra seja somente nome, pois não é o verdadeiro ser, ou melhor, ela o representa. Após explorar o assunto (no Crátilo), o filósofo mostra preocupação exatamente com a essência do dizer, da linguagem, ou seja, o conhecimento humano é possível e a linguagem tem propriedades que permitem enunciar, ao mesmo tempo, o verdadeiro e o falso.

Em Fédon, Platão retoma a busca pela “verdade das coisas” a partir do *logos* entendido como parte do discurso. A reflexão de Platão sobre aspectos do *logos* é essencial para que se identifique a possibilidade de um falso no discurso, que permite ao filósofo oferecer aos seus discípulos a impressão de ser onisciente sem o ser na realidade.⁵ Tal

4 PLATÃO, 2001, 430a

5 Ibidem, 1979, p. 233c

sensação de onisciência associada às propriedades da linguagem conforme mostradas no parágrafo anterior se configuram em aspectos do poder do discurso que será mostrado na análise do *corpus*.

Interessam-nos neste texto as ponderações sobre a verdade e a falsidade a partir do que Platão chama de *logos* verdadeiro e *logos* falso e aquelas reflexões que faz sobre o vício e virtude:

Visto moverem-se as coisas, tudo o que anda mal é vício. Quando, porém, é na alma que se processa esse movimento viciado, então com maior acerto é dado ao conjunto o nome de vício”. Tudo aquilo que seja consoante (*synphonein*) ao *logos* eu o considero como sendo verdadeiro (*alethé*) e aquilo que não lhe é consoante, eu o rejeito como erro (*ouk alethé*)⁶.

Platão, na República, ao falar sobre a educação que deveria ser aplicada às crianças, na voz de Sócrates e seus ouvintes–falantes, opõe *logos* a *léxis*, o primeiro indica o conteúdo do que se diz e o segundo, a forma como se fala. Sócrates reforça que o *logos* é composto de *logos* propriamente dito e de *léxis* (forma de dizer), ou seja, essa última se insere na discussão como um dos elementos do *logos*. Assim, de acordo com Platão, o *logos* se refere ao que “se deve dizer” às crianças, enquanto a *lexis*, “como se deve dizer”⁷.

Aristóteles, por sua vez, é um estudioso das virtudes, mas não examina o *logos* nessa perspectiva platônica. Coloca-o, sim, entre os elementos de prova que constituem a tríade retórica (*ethos*, *pathos*, *logos*) e o associa basicamente à Lógica, ao raciocínio, ao discurso em si e sua potencialidade argumentativa.

Enquanto Platão parece querer demonstrar a superioridade do *logos* associado ao raciocínio, Aristóteles acentua o caráter argumentativo.

Três são as questões relativas ao discurso, que precisam de ser versadas a fundo: a primeira, donde se tirarão as provas; a segunda, o estilo que se deve empregar; a terceira, a maneira de dispor as diferentes partes do discurso. Demoramo-nos em explicar as provas, suas diferentes espécies, e fixamos o número; indicamos a natureza das mesmas e a razão pela qual elas se limitavam a três. É que, em todos os casos, a convicção dos juízes resulta ora do estado em que conseguimos

6 Ibidem, 1979, p. 100a

7 PLATÃO, República 392c

colocá-los, ora das disposições que eles conferem aos que falam, ora, finalmente, da demonstração que lhes foi apresenta.⁸

Uma outra tradução dessa mesma passagem diz:

Portanto, são três os aspectos que devem ser tratados a respeito do *lógos* [retórico]: o primeiro, de onde virão os argumentos; o segundo, a respeito da *léxis*; o terceiro, como se devem ordenar as partes do *lógos*. A respeito dos argumentos já falamos [...] Resta falar sobre a *léxis*, pois não basta ter o que se deve dizer, mas é necessário também dizer como se deve, e importa muito o *lógos* aparecer de uma certa forma⁹.

Se fizermos um comparativo, fica bastante claro que Aristóteles considera o *logos* como discurso, assim de forma generalizada, porém, mais adiante, ele o associa à capacidade de convencimento, à lógica argumentativa como aparece em:

Procuramos, pois, conforme a ordem natural, o que vinha em primeiro lugar, isto é, o que há de convincente nas próprias coisas. Em segundo lugar, vem o estilo que permite ordená-las, e em terceiro lugar uma questão da mais alta importância e que ninguém ainda tratou: o que respeita à ação oratória. [...] Em matéria de discurso, a justiça deveria consistir em procurar apenas não afligir nem alegrar o ouvinte; pois, em boa justiça, deveríamos combater o adversário só à base dos fatos; pelo que tudo o que vai além da demonstração é supérfluo. Contudo todos estes acessórios revestem grande poder, como dissemos, em razão da imperfeição dos ouvintes.¹⁰

O filósofo deixa clara a importância do *logos* visto como argumento. Embora cite estilo e oratória, não dispensa os fatos, as evidências como provas demonstrativas necessárias ao discurso, que reforçam o *ethos* e o *pathos*, partes importantes da tríade retórica que não são o foco deste capítulo.

A citação de Aristóteles associa justiça ao *logos* e muitas são as pesquisas sobre vícios e virtudes na obra do estagirita. Afinal, foi ele quem procurou estabelecer regras, bem definiu a ética e compilou questões relacionadas ao assunto. Enquanto na concepção

8 ARISTÓTELES, s/d, p. 173

9 ARISTÓTELES, apud BRANDÃO, 2012, p. 10

10 ARISTÓTELES, s/d, p. 173 - grifos nossos

essencial da ética de Sócrates basta saber o que é a bondade para ser bom, enquanto Platão sonha com uma sociedade ideal na qual não praticar o bem era impossível, Aristóteles propõe o que, de certa forma, pode ser compreendido como um caminho contrário. Para ele a Lei deve ser capaz de compreender as limitações do ser humano, aproveitar-se das suas paixões e instintos e produzir instituições que promovam o bem e reprimam o mal.

Assim, se para Platão a Lei deve moldar o real, para Aristóteles o real deve moldar a Lei, única forma de seu cumprimento ser possível a todos. Ainda hoje essa discussão perdura: há aqueles que acreditam que a lei deve ser criada por uma elite esclarecida, e há os que preconizam que a lei deve surgir a partir do desejo dos governados, o povo. A exposição desses conceitos na Ética de Aristóteles parece estar diretamente dirigida contra a utopia platônica que, na visão de Aristóteles, está condenada ao fracasso porque não respeita os impulsos do homem, seus apetites e paixões. Enquanto Platão lança elementos que permitem reabilitar o valor dos bens humanos que, mutáveis e instáveis, não deixam de ser componentes indispensáveis de uma vida boa, Aristóteles, na Ética a Nicômaco, considerada manual para a felicidade, estabelece sua primeira “definição”: “O bem do homem vem a ser uma atividade da alma em conformidade com a virtude, e se as virtudes são várias, devemos acrescentar que tal atividade deve estender-se por toda a vida”¹¹. Aristóteles afirma nesse mesmo livro que a virtude está em trilhar o caminho do meio. A essência da virtude seria, então, a moderação entre os extremos de cada paixão, a regra de ouro de caminhar entre a indulgência absoluta e a privação total¹². O comentário sobre a ética se deve ao fato de o filósofo deixar claro que não dispensa o *logos*, os fatos, a demonstração, embora a justiça precise da *lexis* devido justamente “à imperfeição dos ouvintes”, ou seja, é preciso, também, saber dizer.

Para seguir o justo meio, os homens devem procurar a excelência, ou seja, aprimorar as virtudes morais e intelectuais como forma para atingir o fim último, causador de toda a busca e investigação. Entre um excesso e uma deficiência, que são vícios, os homens devem procurar o “justo meio”, a virtude, o que precisa certo esforço de julgamento para a correta escolha entre excesso e ausência. Assim entre a temeridade e a covardia, a coragem; entre a libertinagem e a insensibilidade, a temperança; entre o esbanjamento e a avareza, a prodigalidade; entre a vulgaridade e a vileza, a magnanimidade; entre a vaidade e a modéstia, o respeito próprio; entre a ambição e a moleza, a prudência; entre a grosseria e a indiferença, a gentileza; entre o orgulho e a própria menos valia, a veracidade; entre a zombaria e a rusticidade, a agudeza de espírito; entre a condescendência

11 ARISTÓTELES, 1098: 16-18

12 *Ibidem*, 1098, p. 102

e o enfado, a amizade; entre a inveja e a malevolência, a justa indignação: “não é demais nem muito pouco”¹³. Para melhor entender, estabelecemos um quadro com esses valores:

Quadro1: Valores

Vício da Deficiência	Meio da Virtude	Vício do Excesso
Covardia	Coragem	Imprudência
Insensibilidade	Temperança	Libertinagem
Avareza	Generosidade	Esbanjamento
Vulgaridade	Elegância	Ostentação
Pobreza de espírito	Espírito elevado	Empáfia
Conformismo	Desejo de evoluir	Ambição excessiva
Ausência de personalidade	Firmeza	Arrogância
Maus modos	Civilidade amistosa	Bajulação
Depreciação irônica	Sinceridade	Franqueza excessiva
Falta de graça	Bom humor	Deboche
Falta de Vergonha	Modéstia	Ostentação
Cinismo	Indignação justa	Maledicência

Fonte: MAGALHÃES, a partir de Aristóteles

Há outros valores a serem tratados, mas acredita-se que esses sejam suficientes para ilustrar que a virtude, segundo o filósofo, está no meio. Em seus tratados, Aristóteles propõe uma concepção pluralista e fornece ao conceito de bem uma estrutura analógica, sem, contudo, perder de vista a hierarquia dos bens estabelecida de acordo com as exigências da natureza racional da *práxis* (prática). Percebe-se a presença do *logos* nos

¹³ Ibidem, 1098: p. 41

valores, pois é necessário, para seguir o caminho do meio, um raciocínio entre as três instâncias, para se manter o equilíbrio.

No Livro II de *Ética a Nicômaco*, o filósofo expressa o intuito, o propósito, o objeto e o sujeito do estudo dos valores:

Estou falando da excelência moral, pois é esta que se relaciona com as emoções e ações, e nestas há excesso, falta e meio termo. Por exemplo, pode-se sentir medo, confiança, desejos, cólera, piedade, e, de um modo geral, prazer e sofrimento, demais ou muito pouco, e, em ambos os casos, isto não é bom: mas experimentar estes sentimentos no momento certo, em relação aos objetos certos e às pessoas certas, e de maneira certa, é o meio termo e o melhor, e isto é característico da excelência. Há também, da mesma forma, excesso, falta e meio termo em relação às ações.¹⁴

O texto de Aristóteles explica de maneira inequívoca que os indivíduos podem sentir emoções, mas deixar-se dominar por qualquer delas caracterizaria vício.

Por virtude, Aristóteles compreende uma prática. A virtude não seria natural. Não haveria aprendizado suficientemente eficaz para garantir a ação virtuosa. A virtude, contudo, seria a forma mais plena da excelência moral e essa, revelada pela prática da virtude, seria, antes de tudo, uma disposição de caráter. O exercício da virtude exige conhecimento, ponderação, discernimento, cálculo, julgamento e deliberação. As escolhas e deliberações não são simples nem fáceis:

[...] às vezes, é difícil decidir o que devemos escolher e a que custo, e o que devemos suportar em troca de certo resultado, e ainda é mais difícil firmar-nos na escolha, pois em muitos dilemas deste gênero o mal esperado é penoso...¹⁵.

Se a ação humana, no plano dos valores, tem origem na escolha e ela tem por fonte um raciocínio dirigido a um fim, seria possível ao homem “a percepção da verdade e a impressão da falsidade” para tanto, está implícito o *logos*¹⁶. Ao comentar sobre o discernimento, Aristóteles vale-se das características pessoais do saber escolher. Tais pessoas são, de modo geral, capazes de deliberar corretamente sobre o que é bom e conveniente

14 ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, p.42

15 *Ibidem*, p.501

16 *Ibidem*, p.114

para si e para os outros em um sentido mais amplo. Haveria, para Aristóteles, uma faculdade capaz de corrigir possíveis desvios: a equidade.

1.2. Perelman

Perelman e Tyteca questionam o papel da igualdade na justiça por ele proposta, a exemplo de Aristóteles, não como um “apelo à generosidade ou ao bom coração dos indivíduos, à parte nobre de sua alma, para levá-lo, de modo direito ou dissimulado, a conceber um ideal”¹⁷. O autor não pretende convencer de que existe uma única concepção de justiça que possa ser considerada boa, ideal; não quer “elevantar, nem moralizar, nem indicar os valores que dão à vida todo o seu valor” (idem). Enfatiza que definir uma noção preexistente com alguma carga emotiva e prestígio a ela vinculado é prender-se a valores. A palavra *justiça* já chega aos leitores com certo conhecimento preconcebido e com carga emotiva que a faz se aproximar do que é justo – termo ligado a valores positivos como bem, correção – e afasta-a de pensamentos desprezíveis e negativos.

Perelman e Tyteca concluem que o objeto da filosofia seria “o estudo sistemático das noções confusas”¹⁸ (op. cit.: 2002, p. 6). Evidentemente o autor se refere às noções que simbolizam valores não numéricos, mas ligados aos sentidos. Segundo o conceito de noções claras e confusas, o autor se dispõe a estudar o logicismo e verificar a possibilidade de sustentação da teoria que herda de Dupréel; afinal, são vários os tipos concretos de situação em que a aplicação das noções confusas é indispensável para promover uma diversidade de objetivos. Há casos, por exemplo, em que é necessário utilizar noções confusas para proporcionar ambiguidade; em outros, somos levados a tentar explicar, por meio de noção confusa, em determinado contexto, o que acaba por transformar-se em novo uso, podendo aumentar a confusão dessa noção examinada fora do contexto em que foi utilizada.

17 PERELMAN e TYTECA, 1999: p. 3

18 No período em que se empenhou nos estudos de Lógica, entre 1930 e 1939, Perelman interessou-se pela criação de uma “lógica dos juízos de valor”, ou seja, uma Lógica que pudesse fornecer critérios objetivos e universais para a aferição de valores [axiológicos], em vez de relegá-los ao arbítrio de cada um. Enquanto seguia este caminho, desprezava a posição daqueles que ao limitar o papel da Lógica, do método científico e da razão à solução de problemas de fundo meramente teórico, abandonam a solução dos problemas humanos à emoção, aos interesses e à violência. Acreditava que seguindo a ótica do logicismo, caso fosse possível sempre demonstrar a veracidade de alguns fatos e de proposições lógicas e matemáticas, poderia ser possível fazê-lo também com um juízo de valor, mesmo que possa ser controvertido. Se é possível provar racionalmente que $2+2=4$, não se pode demonstrar que uma determinada atitude é mais justa do que outra? Uma resposta negativa implicaria no dissentimento em relação à possibilidade de uma solução racional para todos os problemas que envolvam um juízo de valor, motivo pelo qual Perelman se lançou à procura de uma racionalidade ética, de uma lógica específica para os valores [axiológicos].

Os raciocínios complexos e, por vezes, tortuosos também fazem parte do *logos*. Pensamos em dois sentidos: 1) por definição são constitutivos do discurso e 2) necessitam de esforço até que se chegue a determinada conclusão. Lembremos que Perelman e Tyteca comentam sobre raciocínios de associação e classificam os argumentos com fundamento lógico ou matemático em três: 1) os de ligação os quase lógicos (contradição e incompatibilidade, analiticidade, reciprocidade, transitividade, inclusão da parte no todo, divisão do todo em partes, comparação, sacrifício e probabilidade), 2) os que se baseiam na estrutura do real (reciprocidade, pragmático, fins e meios, desperdício, direção, superação, pessoa e seus atos, interação entre ato e pessoa, autoridade, ligações de coexistência, ligação simbólica, hierarquia dupla, diferenças de grau e de ordem) e 3) os que fundamentam a estrutura do real (exemplo, ilustração e modelo-antimodelo, analogia, metáfora)¹⁹. Pode-se dizer que essa classificação tem como base o *logos*, ou a necessidade de raciocínios.

Os autores manifestam ainda que a literatura moral e religiosa reconhece como justo o homem honesto e benfazejo. Os clássicos expressariam sua ideia fundamental do que seja objeto da ciência moral o ensino do que é justo fazer em contrapartida ao que seja justo renunciar. Essa distinção seria alcançada por meio da razão, que saberia compreender a diferença entre bem e mal. Dessa forma, a ética seria, ao mesmo tempo, virtude e moral.

O filósofo cita alguns exemplos de sentidos possíveis da noção de justiça e, embora não faça parte do escopo deste capítulo um aprofundamento, é possível perceber sua aplicação ao *corpus*. Na verdade, tais sentidos podem ser considerados fórmulas de justiça concreta. Segundo Perelman e Tyteca²⁰, são eles: 1) *a cada qual a mesma coisa*; 2) *a cada qual segundo seus méritos*; 3) *a cada qual segundo suas obras*; 4) *a cada qual segundo suas necessidades*; 5) *a cada qual segundo sua posição*; 6) *a cada qual segundo o que a lei lhe atribui*. Em moral, a pessoa é livre para escolher a fórmula de aplicar a lei, mas no trabalho, as leis podem ser impostas até mesmo para fazer valer a igualdade. Cada uma dessas fórmulas demanda *logos*.

1.3. Meyer

Acreditamos que um entendimento do *logos* em Meyer seja importante, pois o autor chega à argumentação como concepção problematológica a partir do que considera *logos* e trata a questão sob quatro aspectos.

19 PERELMAN e TYTECA, 1996.

20 PERELMAN e TYTECA, 1999: p. 20-29

Primeiro o vê como linguagem da razão, porém não razão científica – para ele, a razão é o que se apreende em toda a sua extensão: não a um ou outro aspecto particular, não só o aspecto cientificista das coisas²¹. A questão da linguagem, para além de toda individualização, deve poder fornecer resposta, pois é a linguagem que está em questão. Meyer interroga a linguagem e chega a alguns pontos - que não se pode afirmar sejam conclusões: as próprias questões sobre a linguagem são atos de linguagem (realidade linguageira de base) e essas colocam o questionador no *logos*, ou seja, *logos* = questão. Assim, a partir da questão do *logos*, é possível constatar-se que a linguagem permite interrogar²². Essa afirmação vai além de interrogar: já é responder. Existem aí, então, três instâncias: afirmação, interrogação e resposta. Dessa forma, a linguagem serve para interrogar, responder e afirmar. Complementa, dizendo que o *logos* abarca tanto o implícito (linguagem de problemas em que se misturam inconsciente e história) quanto o explícito.

Em segundo lugar, Meyer aprofunda o que seja “a explicitação dos problemas ao aparecer do mundo”²³ e recupera as questões de *implícito e explícito*. Afirma que o *explícito* é realmente uma resposta. Retoma a diferença entre a ciência pura, para a qual só interessa o observável, portanto aquilo que prescinde de explicações, e o falar, mais especificamente a linguagem: “a questão do *logos* é o *logos* como questão e, por *logos*, deve-se entender, não a língua, nem mesmo a palavra, mas a linguagem”²⁴. Opõe o explícito “feche a porta” aos implícitos “está bastante frio na sala” ou “poderia fechar a porta?” e estabelece também os conceitos de apocrítico e problematológico ao afirmar que uma resposta, por ser resposta, é epicrítica e problematológica.

Em terceiro lugar, o autor, a partir da interrogação que suscita o discurso e do discurso originado a partir da interrogação, estabelece o percurso da dialética e da retórica como implicação da *figura do outro*. Reacende a discussão sobre o dualismo apocrítico e problematológico nas respostas: apocrítico quando a resposta satisfaz, ou melhor, encerra-se; e problematológico quando suscita novas perguntas e não se encerra. Em outras palavras, se é preciso pergunta e resposta, é possível, em linhas gerais, afirmar que toda a retórica repousa sobre a figura do outro e aí é possível pensar no conceito de auditório.

Em quarto lugar, Meyer comenta sobre a existência de “um potencial questionador explícito: leitor também, sem dúvida, mas só muito raramente pode interrogar o autor diretamente”. A figura do *auditório* suscita a questão do sentido e, ao mesmo tempo,

21 MEYER, 2009: 183

22 MEYER, 2009: 187

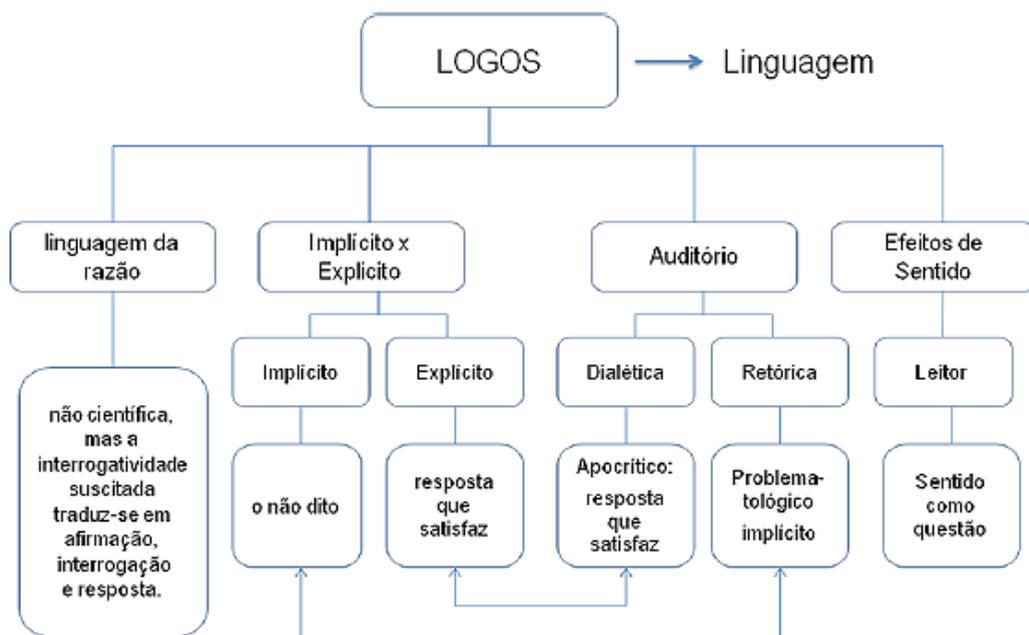
23 Op. Cit., 190

24 op. cit., p. 190

estabelece o sentido como questão. Em outras palavras, a compreensão ou processo hermenêutico depende dos sentidos que, em última instância, são implícitos.

Em síntese, Meyer traça o percurso argumentativo do *logos* a partir do estabelecimento da razão, que vai além de simples cientificismo; passa pelos conceitos de implícito e explícito; considera a existência do outro na figura do auditório; e leva em conta os efeitos de sentido. O *logos* assim estudado, não está apenas ligado ao demonstrável, certamente é mais complexo. A figura 1 apresenta o esquema:

Figura 1: Esquema do *Logos* conforme Meyer



Fonte: MAGALHÃES, 2010

Para Meyer, “Falar é levantar uma questão [...] é evocá-la, mesmo que seja a título e sob a forma de resolução”²⁵, assim, tudo que é dito pode ser contradito: “[...] negação e

25 MEYER, 2009, p. 205.

interrogação mantém um certo tipo de pressuposto, enquanto que outras implicações não resistem a esse duplo texto.”²⁶.

“A relação entre implícito e explícito define a argumentatividade da linguagem”²⁷ e, na alternância da palavra (orador/auditório), pergunta e resposta adquirem uma inferência dialética altamente argumentativa. A argumentatividade está, então, no cerne da problematologia da linguagem. A retórica, assim, é vista como a integração de implícitos, subentendidos e pressupostos, uma vez que a linguagem é a representação factual e, por isso mesmo, perpassada pelo crivo pessoal. O *logos*, conforme visto, não é espelho da realidade, porém representação dela, assim, parte da argumentação.

Então, se há argumentatividade no aspecto dialógico e essa argumentatividade existe porque carregada de implícitos, subentendidos e pressupostos, ou seja, impregnada de problematologia, é possível entender a importância da significação, ou seja, dos significados e sentidos que são conferidos aos enunciados.

2. Logos, uma aplicação ao discurso

Nesta seção pretendemos mostrar a presença do *logos* em um *corpus* composto por excertos do discurso do Movimento Batistas por Princípios, grupo evangélico brasileiro, proferido em 5 de setembro de 2021 em oposição a falas do Presidente Bolsonaro. Embora não tenhamos a pretensão de explicitar o que seja poder, que tem sido exercido largamente por meio do discurso e apresenta complexidade semelhante a essa explanação do *logos*, é possível que nos deparemos com o poder conforme Maquiavel, em O Príncipe²⁸, que deu origem ao termo “maquiavélico”. Caso nos deparemos com tais atos no discurso analisado, estaremos escudados, embora não tratemos especificamente desses termos.

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde

26 Ibidem, p. 208

27 Ibidem, p. 211

28 Maquiavel, Nicolau. O Príncipe. Tradução de Maurício Santana Dias, São Paulo, Companhia das Letras, 2010. Maquiavel defendia que o poder, na sua essência, tem a ver com força, fraude, crueldade e violência estratégica e a tendência generalizada a partir de sua obra foi a de pensá-lo como o que envolve atos de força coerciva, ligado, portanto, aos grandes ditadores, a manobras em campos de batalha, a homens de negócios que se pautam em decisões escusas.

então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria. E, contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial. Pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleça (sic), entre nós.²⁹

O excerto mostra a construção de um *logos* elaborado a partir de suposto conhecimento “sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil” e da demonstração de atitudes, fatos e providências “Começamos a nos preparar, planejamento estratégico, preparo do SUS”, porém dividido entre a necessidade de cuidado com a população, indispensável a dirigentes, e um equilíbrio nas atitudes a fim de evitar excesso “É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleça (sic), entre nós”. Aristóteles já afirmava que o excesso promove um distanciamento da virtude, porém vemos que o filósofo estagirita se referia a determinados valores (Quadro 1), não à preservação da vida humana. No texto do presidente, a imprensa é parabenizada por buscar calma e tranquilidade. Lembramos ainda de Meyer, quando comenta sobre a linguagem da razão, determinada a responder questões. O presidente tem uma questão a ser resolvida: enfrentamento da pandemia com tranquilidade.

E continua: “O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado.” O presidente associa um fato “o vírus chegou” a uma suposição “brevemente passará” e, dessa forma, faz passar um raciocínio lógico implícito, conforme Meyer, comentado acima, como se as duas afirmações tivessem a mesma veracidade. Reportamo-nos ao pensador, que reforça: tudo o que é dito pode ser contradito³⁰. Em caso de acontecimentos inesperados e graves, é compreensível não haver certeza para seu término. Em ocorrências dessa natureza, previsões podem se tornar complexas e acontece com certa frequência – de forma deliberada ou não – no plano discursivo, o vício da imprudência. Neste caso o assunto requer ponderação, pois se trata da vida de milhões de indivíduos. Como se sabe, estamos há um ano e meio daquele discurso sem que a pandemia esteja próxima do fim. A partir da construção do argumento baseado na estrutura do real – vínculo causal como relação de um fato com sua consequência³¹,

29 UOL, 24/03/2020, In: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm?cmpid=copiaecola> (acesso em 21/05/2021)

30 MEYER, 2009, p. 205

31 PERELMAN e TYTECA, 1999, p. 308.

é reforçada a necessidade de retorno à normalidade, por preocupação com a economia que, no seu entender, tem uma exigência maior e poderia causar verdadeiro estrago ao país. Aconselha:

Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão³²

Recomenda a apreensão com os mais velhos, pessoas mais vulneráveis de acordo com as notícias iniciais, e novamente deixa implícito um argumento quase-lógico por comparação, de força física, imunidade. Fica implícito e é de se esperar que todos que forem iguais a ele, não precisem se preocupar. Essa fala do presidente tangencia o vício do excesso conforme Aristóteles, que pode ser vista como arrogância e imprudência, afinal trata-se de uma afirmação com suposta intenção de passar a verdade. Há muitas variáveis entre uma contaminação e as reações em cada pessoa. Talvez seja uma temeridade lançar-se ao discurso assim, como se não precisasse se preocupar, pois nada sentiria. Assim como em Fedro, a busca pela verdade das coisas a partir do *logos* é entendida como parte do discurso e, em Górgias, o discurso pretende isentar Helena, o presidente apresenta suposições como se fossem verdades. Talvez se possa lembrar do vício platônico interno, que se processa na alma: fala-se o que vem ao pensamento, sem muito filtro.

A covid-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida. Desde o princípio, alertei, em meu País, que tínhamos dois problemas para resolver, o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade. Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 Governadores das unidades da Federação. Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País. Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social

32 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/24/bolsonaro-pede-na-tv-volta-a-normalidade-e-fim-do-confiamento-em-massa-e-diz-que-meios-de-comunicacao-espalham-pavor.ghtml> (acesso em 20/06/2021)

ao país. [...] Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil. Não faltaram, nos hospitais, os meios para atender aos pacientes da covid. A pandemia deixa a grande lição de que não podemos depender apenas de umas poucas nações para a produção de insumos e meios essenciais para nossa sobrevivência. Somente o insumo da produção de hidroxicloroquina sofreu um reajuste de 500% no início da pandemia.³³

O texto, pronunciado em 22 de setembro de 2020, vai de encontro ao primeiro, no qual afirmava que o contratempo passaria em breve. Não apenas não passou rápido como se tornou evidente e um dos grandes problemas da nação. Se elogiou a imprensa no primeiro texto, efetuou crítica neste segundo, porém o *logos* se sustenta: o elogio se devia ao equilíbrio da posição e a crítica se deve à mudança de posição (da imprensa) que, segundo o orador, “politizou o vírus”, “disseminou o pânico entre a população” e “quase trouxeram o caos social”. O argumento se sustenta. Reconhece que existe uma lição aprendida neste momento complexo: o país precisa investir na produção de insumos e meios essenciais à sobrevivência.

O raciocínio do presidente Bolsonaro com relação à pandemia, ao distanciamento social e vacinação foi inicialmente o de deixar que determinado número de pessoas contraísse a doença, assim a população ficaria imune sem necessidade de parar ou diminuir a atividade econômica. Uma parte viria a falecer, como acontecera em situação semelhante³⁴, mas o problema econômico seria resolvido rapidamente sem grandes perdas financeiras.

Aqui se apresenta o vício da falta, conforme Aristóteles: a *insensibilidade* e a *imprudência* diante das mortes de pessoas inocentes, e a *arrogância*, por se considerar detentor da verdade, com base no raciocínio a partir de situações semelhantes. Trata-se de argumento com base no real que segue uma lógica, é o *logos* colocado a serviço de um projeto político. Embora possa não haver erro no raciocínio, existem falhas importantes nas premissas. O raciocínio inclui a morte de pessoas inocentes, ignora particularidades

33 Al País, 22 set 2020.

34 Interessante notar que do mesmo modo súbito como chegou, a pandemia de Gripe Espanhola terminou e durou pouco mais de um ano. Desse evento catastrófico, algumas lições podem ser tomadas para a presente pandemia de Covid-19, em que pese as inconciliáveis diferenças. A pandemia de 1918 expôs todas as nossas limitações sanitárias e tecnológicas e mostrou a necessidade de se buscarem soluções conjuntas e plurais para o enfrentamento de crises globais. Um dos pilares de sua propagação, em 1918, foi a grande desigualdade econômica e social que sempre gerou pobreza e exclusão, tornando, historicamente, pouco acessíveis aos indivíduos das camadas menos favorecidas da população os recursos de bem-estar disponíveis. (<http://www.rbac.org.br/artigos/memoria-medica-gripe-espanhola-de-1918/> (acesso em 22/06/2021))

relevantes da doença e desconsidera dramas individuais e familiares. Despreza outras complexidades como a capacidade do sistema hospitalar.

O texto a seguir foi pronunciado em outro momento e se refere a possíveis rupturas políticas.

Quando um presidente de um STF desmonetiza páginas de apoiadores do governo, ele abre brecha para que presidentes de tribunais regionais eleitorais façam a mesma coisa pra defender o seu respectivo governador. Isso não é democracia. A liberdade de expressão tem que valer para todos. [...] Temos um presidente que não deseja e nem provoca rupturas, mas tudo tem um limite em nossa vida. Não podemos continuar convivendo com isso.³⁵

Em uma democracia o poder precisa ser compartilhado. Uma vez que parece não ter havido partilha ou discussão, utiliza o *logos* para apresentar um projeto autoritário. Como reforço ao discurso autoritário, existe a fala do presidente que incita a população a comparecer às ruas no dia 7 de setembro em manifestação a seu favor. Existe o entendimento de que haja o desejo pelo fechamento do Congresso Nacional e Tribunal Superior Eleitoral, comentados em discurso posterior por um grupo de evangélicos batistas.

É esperado de um discurso democrático que o *logos* demonstre consistência com os valores apresentados por Aristóteles, ou seja, o equilíbrio entre os extremos. O presidente extrapola e mostra o vício do excesso e da falta em alguns momentos. Apresenta excesso (Quadro 2) nos itens: *imprudência* diante do número imprevisível de mortes; *ostentação* de poder ao pretender mobilizar a população para um projeto pessoal e se aproxima do que diz Maquiavel; *ambição* que se liga à possível intenção de se tornar autocrata e *arrogância*, ao ignorar opiniões e posturas diferentes. Como vício da falta (Quadro 2), a *vulgaridade* na maneira como se expressa em relação aos que dele discordam; a *insensibilidade* diante das possíveis consequências negativas com o fechamento do Congresso e STF; *maus modos* sempre que se refere aos adversários.

Em oposição a uma possível convocação para apoio a ocorrer em 7 de setembro de 2021, líderes evangélicos do Movimento Batistas por Princípios (MBP) emitiram nota oficial da qual retiramos algumas considerações:

35 Correio Braziliense, 5/9/2021, <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947817-religiosos-evangelicos-desconvocam-igrejas-batistas-para-atos-do-7-de-setembro.html> (acesso em 5/9/2021)

Defendemos e propagamos a liberdade de expressão e opinião, garantidas pela Constituição Brasileira, na convicção de que nenhum cidadão do nosso país está acima das normas constitucionais;

Denunciamos, com perplexidade, o evidente caráter contraditório da manifestação, uma vez que — em nome da defesa da liberdade — faz a apologia inconstitucional do fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal; [...]

Expomos nossa desconfiança em relação a um movimento que pretende dar salvo-conduto a um presidente que, juntamente com seus filhos, ainda deve explicações a sérios e graves indícios de corrupção e uso indevido de verbas de gabinete constituídas por dinheiro público — indícios que estão sendo investigados e, por si, revelam situações que parecem desmontar discursos hipócritas contra a corrupção;³⁶

O *logos* está evidenciado no início do texto, que cita a Constituição Brasileira como referência, ou seja, apela a um argumento de autoridade³⁷, que se trata de argumento baseado na estrutura do real, para as atitudes em defesa da democracia e consequente preocupação com o auditório representado pelo povo, conforme atesta Meyer. Lembramos também do conceito platônico de *logos*, que o aproxima do raciocínio lógico (garantia do funcionamento das instituições) e também ao aristotélico, pois se trata de argumento (“convicção”). O MBP mostra, por meio do argumento quase-lógico da contradição e incompatibilidade³⁸, que o discurso do presidente evidencia a contradição existente na proposta de fechamento dos órgãos máximos garantidores da liberdade “em nome da liberdade”.

O terceiro parágrafo da nota oficial, também com suporte na construção de argumento quase lógico da incompatibilidade, mostra contradição essencial entre o discurso anticorrupção e a existência de “sérios e graves indícios de corrupção e uso indevido de verbas”.

[...] Afirmamos com ênfase que a convocação para tal manifestação pública, embora exhiba como fachada a defesa da liberdade e da democracia, na verdade se

36 Correo Braziliense, 5/9/2021, <https://www.correobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947817-religiosos-evangelicos-desconvocam-igrejas-batistas-para-atos-do-7-de-setembro.html> (acesso em 5/9/2021)

37 PERELMAN e TYTECA, 1999

38 PERELMAN e TYTECA, 1999, p. 221.

*revela como astuta tentativa do atual governo de provocar rupturas institucionais e criar ambiente favorável a instalação de um governo autoritário e personalista.*³⁹

O parágrafo anterior apresenta, mais uma vez, a existência do discurso autoritário do presidente que, em raciocínio contraditório, incita às rupturas institucionais em nome da liberdade que tais instituições garantem. A desconstrução do *logos* no discurso (do presidente) se apresenta no texto do MBP quando desvincula a interação entre o ato e a pessoa do presidente⁴⁰, dessa forma, se expõe inconsistência no discurso de incitação ao desmanche institucional. Além do mais, afirma que existe astuta tentativa de provocar rupturas.

Comentários finais

Como vimos, além de lugar de destaque na filosofia antiga, o *logos* teve seu apogeu na Grécia Clássica, ocupou o centro da filosofia helenística, destacou-se na teologia cristã (encontro do cristianismo primitivo e educação grega), evidenciou-se na Idade Média, devido à influência de Platão e Aristóteles, mais tarde foi substituído pela Razão Científica e continua a ocupar espaço privilegiado na contemporaneidade. É bastante comum, por exemplo, que jornalistas políticos se pautem pelo *logos* em suas análises e o discurso jurídico recorra ao *logos* como base de argumentação.

Acreditamos que nosso capítulo respondeu às questões que propusemos no início, assim, a manifestação do *logos* foi evidenciada teoricamente por meio do que explicitam Platão, Aristóteles, Perelman e Meyer e na prática, por meio da aplicação a excertos de dois discursos escolhidos.

A questão sobre a existência de uma pretensão de o orador ser virtuoso mesmo que não o seja apresenta duas conclusões: por um lado há o desejo de parecer bom e com preocupações nobres, nesse sentido diríamos que pode haver intenção de ser virtuoso. Por outro lado, a resposta é negativa, se considerarmos que a virtude aristotélica se encontra entre dois extremos. Apontamos, no discurso do presidente, diversas colocações radicais. Quanto ao dos evangélicos do MBP, embora pareçam buscar provas pelo *logos*, também mostram uma opção pelo extremo: “afirmamos com ênfase, exiba defesa da liberdade como fachada, astuta tentativa de provocar rupturas inconstitucionais”. Não se pode dizer que tais termos estejam ligados à mediania aristotélica, característica da virtude.

39 *Correio Braziliense*, 5/9/2021, <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/09/4947817-religiosos-evangelicos-desconvocam-igrejas-batistas-para-atos-do-7-de-setembro.html> (acesso em 5/9/2021)

40 PERELMAN e TYTECA, 1999, p. 308:

A análise mostrou que os discursos parecem mais ligados a vícios que a virtudes, embora afirmem ter foco na busca pelo bem dos indivíduos, pela lisura discursiva e pela manutenção dos valores. Para seguir o justo meio, seria preciso que os oradores procurassem aprimorar o meio virtuoso e não parece que tenham buscado tal caminho. A impressão que se tem é a da aparência de defesa de posições políticas.

Com relação à justiça, lembremos que Aristóteles defende: “em matéria de discurso, a justiça deveria consistir em procurar apenas não afligir nem alegrar o ouvinte, pois, em boa justiça, deveríamos combater o adversário só à base dos fatos”. O estagirita fala, nessa passagem, sobre a justiça como constituinte do *logos*. Se este é o argumento, aquela também faz parte da argumentação. Perelman, por sua vez, questiona o papel da igualdade na justiça e elabora uma associação aos valores positivos, ao mesmo tempo que a afasta de pensamentos desprezíveis e negativos. Assim, os discursos analisados, que talvez não pretendam especialmente ser justos, parecem mais conduzir o auditório para a resolução de questionamentos, conforme nos diz Meyer: a solução de possível crise econômica ou sua resolução, a resposta ao problema da pandemia, a melhor atuação do presidente. Lembremo-nos, mais uma vez, Perelman, para quem os sentidos da justiça são diversos e ela estaria ligada à moral.

O *logos* está muito presente em boa parte dos discursos, pois eles sustentam a necessidade de conclusões lógicas, ligadas às noções claras, embora coexistam com as noções confusas, próprias, em boa parte, da argumentação.

Referências

- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. São Paulo: Ediouro Publicações, s/d.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. trad: Mário Gama Kury. 4ªed. Brasília: UNB, 2001.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. Universidade Federal de Minas Gerais, s/d, http://www.lettras.ufmg.br/jlinsbrandao/JLB_Logos_Lexis_Retor_Arist.pdf, (acesso em 20/05/2021)
- GÓRGIAS. Elogio a Helena, 8. In: CASSIN, Barbara. **O efeito sofisticado**: sofística, filosofia, retórica, literatura. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed. 34, 2005. p. 296-297.
- HEIDEGGER, Martin. *Logos* (Heráclito, Fragmento 50). Trad. Ernildo Stein. In: **Os Pré-socráticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1973a. p. 117-29. (Os Pensadores).
- MAGALHÃES, Ana Lúcia, **Retórica no Discurso Organizacional: constituição do ethos da organização a partir de notas oficiais sobre acidentes**, São Paulo: PUC-SP, 2010.
- MEYER, M. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
- _____, **Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.
- _____, **A Problematologia**, Tradução Sandra Fitas, Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1001.

PERELMAN, C.; TYTECA, L.O. **Tratado da Argumentação. A nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Trad. Maria Lacerda de Moura. Edições de Ouro, Rio de Janeiro, Tecnoprint Gráfica e Editora s/d.

PLATÃO. **A República**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

PLATÃO. **Crátilo**. Tradução In: Carlos Alberto Nunes, Pará: Universidade Federal do Pará, 1973. p. 117-194. In: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/101> (acesso em 10/05/2021).

TORRES, Milton L. A Retórica Joanina do *Logos*, **Revista Caminhando**, v. 21, n. 2, p. 147-167, jul-dez. 2016.

